

A NORMATIVIDADE BRANCA E REPRESENTAÇÃO RACIAL NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO — O CASO HERALDO PEREIRA¹

Kenson Koskur Coelho²
Shayene Ferreira de Jesus³
Universidade Federal do Paraná - UFPR

RESUMO

Este artigo analisa a persistência da branquitude como norma estética e simbólica no telejornalismo brasileiro, com foco na trajetória de Heraldo Pereira, único jornalista negro a apresentar, ainda que esporadicamente, o *Jornal Nacional*. Utilizando abordagem qualitativa e estudo de caso, argumenta-se que sua visibilidade opera sob uma lógica de tokenismo, representando inclusão superficial sem alterar estruturas. A branquitude permanece como padrão de credibilidade e neutralidade, reforçada por uma mídia que invisibiliza ou marginaliza corpos e vozes negras. Conclui-se que transformar esse cenário requer mais do que representatividade pontual: é preciso romper com as lógicas de poder que sustentam a hegemonia racial no jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Branquitude; Heraldo Pereira.

INTRODUÇÃO

A televisão brasileira, desde sua origem, estabeleceu padrões estéticos e discursivos que moldaram a forma como o público compreende autoridade, credibilidade e imparcialidade. No campo do telejornalismo, essa normatização se expressa de maneira contundente pela hegemonia da branquitude na composição das bancadas dos principais noticiários do país. Ainda que o Brasil seja um país de maioria negra, a presença de jornalistas negros nas posições de maior visibilidade — sobretudo como âncoras de telejornais — permanece uma exceção. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a persistência da branquitude como padrão estético e simbólico no audiovisual jornalístico brasileiro, com ênfase no caso de Heraldo Pereira, único

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT03SU - Comunicação antirracista e pensamento afrodiaspórico, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo (UFPR). Email: kensonckoskur@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação (UFPR). E-mail: shayimprensa@gmail.com

jornalista negro a ocupar o posto de apresentador eventual do *Jornal Nacional*, mesmo após quase quatro décadas de atuação na TV Globo.

Para compreender a estrutura que sustenta essa exclusão sistemática, é essencial recorrer ao conceito de “pacto narcísico da branquitude”, formulado por Cida Bento (2022). Segundo a autora, trata-se de um acordo implícito entre pessoas brancas para a manutenção de seus privilégios, mesmo à custa da exclusão do outro racializado. Esse pacto opera de forma silenciosa e eficaz em instituições como a mídia, produzindo e reproduzindo uma lógica estética e simbólica em que a branquitude é tida como o modelo neutro, desejável e legítimo. Essa lógica está diretamente ligada à escolha de rostos brancos para representar a “imparcialidade” jornalística, um atributo que se pretende universal, mas que, na prática, é racialmente codificado.

A importância de discutir esse tema ultrapassa a noção de representatividade como presença pontual. É necessário investigar o que está em jogo quando o rosto negro aparece como exceção em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas. Afinal, a visibilidade não garante, por si só, equidade simbólica ou deslocamento das estruturas de poder racializadas. A representatividade, quando desarticulada de um projeto de transformação institucional, pode funcionar como *tokenismo* — uma aparência de inclusão que mascara a permanência das desigualdades.

Outrossim, este artigo tem como objetivo geral analisar a persistência da branquitude como norma estética no jornalismo televisivo brasileiro, explorando as implicações simbólicas, políticas e institucionais dessa hegemonia racial. Como objetivos específicos, propõe-se: I) Investigar como o pacto da branquitude atua na formação e reprodução dos padrões estéticos no telejornalismo; II) Analisar a trajetória de Heraldo Pereira como estudo de caso representativo das contradições entre mérito, visibilidade e estrutura racial; III) Refletir sobre os limites da representatividade racial sem mudanças estruturais nas lógicas de poder midiático.

A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e estudo de caso. A hipótese defendida é que, apesar de avanços pontuais na visibilidade de jornalistas negros, como o caso de Heraldo Pereira, a branquitude ainda opera como norma estética e simbólica no jornalismo televisivo brasileiro, sendo sustentada por

dispositivos institucionais e culturais que perpetuam desigualdades raciais sob a aparência de neutralidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Rodrigues e Freitas (2019), ao discutirem as vozes negras na comunicação, sublinham a importância da imprensa negra como locus de resistência e disputa discursiva. A imprensa alternativa, segundo os autores, constitui “um espaço da esfera pública em que a articulação e a visibilidade políticas da agenda de movimentos sociais ganham amplitude, sob perspectiva democrática e de transformação social” (p. 84). A imprensa negra, desde sua origem com *O Mulato, ou O Homem de Cór* em 1833, representa essa disputa: um esforço contínuo para reposicionar o sujeito negro no campo da visibilidade, da fala e da cidadania.

Ao afirmar que a “atuação de jornalistas negros [...] vem de longa data, desde a fundação da imprensa brasileira” (p. 109), os autores evidenciam que a exclusão atual não é reflexo de ausência histórica, mas sim de apagamento ativo. Tal apagamento é reforçado pelas grandes mídias comerciais que, como mostra a pesquisa de Felipe Cardoso dos Santos (2024), contribuem para a perpetuação da invisibilidade e dos estereótipos sobre a população negra, em especial nos contextos regionais. Sua análise do *Jornal do Almoço* evidencia como a representação simbólica da cidade de Joinville privilegia a cultura germânica, invisibilizando as contribuições negras, mesmo em ocasiões comemorativas que supostamente deveriam representar toda a população.

O telejornalismo brasileiro, desde a consolidação da televisão como meio de massa nos anos 1960, foi moldado por um modelo que privilegia a imagem e a performance como critérios de autoridade. Esse modelo encontrou seu auge na Rede Globo, que não apenas se tornou a principal emissora do país, mas também estabeleceu os padrões normativos da comunicação televisiva.

A estética do telejornalismo global é marcada por um conjunto de signos que comunicam segurança, sofisticação e seriedade. Contudo, esses signos estão racialmente codificados. Pressupõe que a Rede Globo, sugestivamente, impõe um padrão de “universalidade” associado à branquitude, em que os apresentadores e apresentadoras são quase invariavelmente brancos, com aparência eurocentrada, dicção “neutra” (ou

seja, desregionalizada) e modos de vestir que remetem ao “respeitável”. Essa normatividade estética, vendida como técnica ou profissionalismo, é na verdade ideológica, pois esconde um critério racializado sob a aparência da competência e da imparcialidade.

Como observa Santos(2024), mesmo em contextos regionais, como no telejornalismo de Santa Catarina, essa estética se mantém firme, reiterando o mito fundador da branquitude como signo de civilidade e progresso. Mesmo diante da diversidade demográfica brasileira, os telejornais continuam a operar como espaços de exclusão simbólica, oferecendo visibilidade episódica ou estereotipada a pessoas negras, quando não as ignoram por completo.

Essa normatividade não se limita à aparência, mas se estende à performance discursiva: espera-se que o jornalista “ideal” fale de maneira “neutra”, que não exiba traços linguísticos, culturais ou corporais que fujam da matriz branca. Assim, mesmo a entrada de jornalistas negros no telejornalismo depende de sua conformação a esse padrão dominante, gerando conflitos entre visibilidade e autenticidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A presença de Heraldo Pereira como apresentador eventual do *Jornal Nacional* é, muitas vezes, apontada como símbolo de progresso na luta por mais diversidade racial no telejornalismo brasileiro. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que sua trajetória representa mais uma exceção do que uma ruptura com a norma racial que rege o audiovisual no Brasil. O jornalista, que atua na Rede Globo desde 1985, apenas nas últimas décadas passou a ser incluído nos espaços de maior visibilidade da emissora — e ainda assim de forma pontual, subordinada à lógica da alternância e da substituição eventual.

Segundo portal Memória Globo(2021), Em 2002, Heraldo Pereira tornou-se o primeiro jornalista negro a apresentar permanentemente o *Jornal Nacional*, contudo, sua participação era exclusivamente aos sábados. Ao longo de sua carreira, Pereira(2002) recebeu diversos prêmios, incluindo o Prêmio Camélia da Liberdade em 2008 e o Troféu Raça Negra em 2011, reconhecendo sua contribuição para a representatividade negra na mídia brasileira.

Essa condição de “exceção tolerada” se articula diretamente com o que Felipe Cardoso dos Santos (2024) identifica como invisibilidade estrutural e racialmente codificada no telejornalismo regional. Em sua análise da representação da população negra nos programas do *Jornal do Almoço* em Joinville (SC), Santos(2024) mostra como o telejornalismo não apenas apaga a presença negra da história da cidade, mas também reitera continuamente o *ethos germânico* como símbolo de progresso, civilidade e pertencimento. Sua pesquisa aponta que, mesmo nas celebrações oficiais da cidade, os sujeitos negros são ausentes ou aparecem de maneira estereotipada e pontual — quase sempre como figurantes, raramente como protagonistas da narrativa pública.

A leitura de Santos(2024) se ancora na crítica à ideia de neutralidade jornalística, demonstrando que, na prática, ela é racializada: o corpo branco é tido como portador natural da objetividade, enquanto o corpo negro é lido como “marcado”, “emotivo” ou “parcial”. Essa mesma lógica pode ser observada no caso de Heraldo Pereira. Sua ascensão se deu de forma tardia, apesar de uma longa carreira marcada pela excelência técnica, o que demonstra que, no jornalismo brasileiro, a meritocracia funciona de modo seletivo, condicionado pelo pacto da branquitude (Bento, 2022).

Santos(2024) argumenta que o telejornalismo regional atua como agente de reprodução de imaginários que fortalecem uma narrativa monocultural, branca e europeizada. Essa constatação é fundamental para compreender que o caso de Heraldo Pereira, ainda que em escala nacional, não rompe com a lógica do tokenismo: sua presença, embora relevante, não altera as estruturas normativas que definem quem é visto, ouvido e legitimado no espaço público audiovisual. Como reforça a tese de Cardoso, “a visibilidade episódica da população negra, sem ruptura com os marcos estruturais de exclusão, reforça o sistema em vez de transformá-lo”.

CONCLUSÕES

A análise da trajetória de Heraldo Pereira evidencia que a presença negra no telejornalismo brasileiro ainda opera sob uma lógica de exceção, marcada pelo tokenismo e pela normatividade branca que estrutura o audiovisual. A aparência de inclusão, materializada em presenças pontuais como a de Pereira, não representa uma ruptura com os padrões estéticos, simbólicos e institucionais que regem a mídia

brasileira. Ao contrário, reforça a ideia de que para ocupar espaços de visibilidade é preciso se adequar a um modelo previamente branco, eurocentrado e racialmente codificado como neutro.

Em contraste, a imprensa negra tem historicamente se colocado como um campo de disputa por outras narrativas. O *Alma Preta Jornalismo*, por exemplo, ao estabelecer critérios próprios de representação e linguagem, resgata a tradição de veículos como *O Homem de Cor* — considerado o primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, publicado no Rio de Janeiro entre 14 de setembro e 4 de novembro de 1833. Embora não fosse um jornal abolicionista, seus textos anônimos denunciavam arbitrariedades contra “cidadãos de cor” e se posicionavam nas disputas políticas do período regencial, evidenciando que a imprensa negra sempre esteve comprometida com a construção de uma cidadania plena e ativa para a população negra.

Romper com a lógica da normatividade branca no telejornalismo, portanto, exige mais do que promover rostos negros na tela: é necessário transformar profundamente as estruturas discursivas, estéticas e institucionais da mídia. Essa transformação passa por reconhecer o valor histórico e político da imprensa negra, investir em projetos de comunicação comprometidos com a pluralidade e, sobretudo, garantir que a presença negra não seja exceção — mas regra, legitimada em sua complexidade e diversidade.

REFERÊNCIAS

- ALMA PRETA JORNALISMO. *Manual de redação*. São Paulo: Alma Preta, 2023.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FERREIRA, Camila Caroline de O. et al. Enfrentamento do racismo pela ABEPSS: a ação estudantil em defesa das cotas na pós-graduação. In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2020. p. 235–259.
- MEMÓRIA GLOBO. **Heraldo Pereira**. Rio de Janeiro: Globo, 29 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/heraldo-pereira/noticia/heraldo-pereira.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2025.
- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **As vozes de mulheres negras em três tempos**. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). *Vozes negras em comunicação*. São Paulo: Autêntica, 2019. p. 83–103.

SANTOS, Felipe Cardoso dos. **A representação da população negra nos programas do Jornal do Almoço durante as celebrações do aniversário de Joinville/SC (2011-2020)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/95076>. Acesso em: 09 de mai. 2025.